

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução ***das obras de construção de praça pública com área de lazer na Rua Arnaldo Pereira, Bairro Malvão, ao fundo da sede do INSS, no Município de Santa Maria da Vitória – BA***, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. O objeto da licitação possui natureza de obra comum de engenharia, caracterizando-se como intervenção de urbanização e implantação de infraestrutura urbana destinada ao lazer, convivência social e melhoria paisagística, não sendo cabível a utilização da modalidade pregão, devendo a licitação ocorrer conforme os procedimentos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens estão discriminados na Planilha de Composição de Preços Unitários e de Custos, bem como nos demais elementos anexos a este Projeto Básico, sendo suficientes para caracterizar, de forma clara e precisa, o objeto da licitação e permitir a adequada avaliação de seus custos, subsidiando a elaboração do edital.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

1.4.1 JUSTIFICATIVA DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de empreitada por preço global mostra-se tecnicamente adequado em razão da existência de projetos, especificações técnicas, quantitativos e cronograma físico-financeiro suficientemente definidos, proporcionando maior controle da execução, previsibilidade contratual e eficiência administrativa.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1. Ressalta-se que o prazo de vigência contratual não se confunde com o prazo de execução da obra, sendo este o período destinado à execução dos serviços pela contratada.

1.6. O prazo de execução da obra será de 210 (duzentos e dez) dias, podendo ser distribuído em etapas conforme o cronograma físico-financeiro constante no Projeto Básico.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e o objetivo da contratação encontram-se detalhados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra este Projeto Básico como documento complementar.

2.2. A presente intervenção caracteriza-se como obra comum de engenharia, uma vez que os serviços a serem executados envolvem mão de obra e materiais padronizados, amplamente disponíveis no mercado, tais como materiais de pavimentação, equipamentos urbanos, mobiliário urbano, sistemas de iluminação pública, paisagismo e demais insumos necessários à implantação da praça pública. Os métodos construtivos adotados são usuais e possuem responsabilidade técnica atribuída a profissionais habilitados, devidamente registrados no respectivo conselho profissional competente.

2.2.1. Adicionalmente, trata-se de objeto cujas características técnicas são amplamente conhecidas no setor da construção civil, especialmente no segmento de urbanização e implantação de espaços públicos, permitindo descrição clara e precisa no Projeto Básico, bem como adequada compreensão por parte dos executores.

2.2.2. A contratação tem como objetivo principal promover a implantação de espaço público adequado para lazer, convivência social, recreação e integração comunitária, proporcionando melhores condições de acessibilidade, segurança, conforto e utilização do espaço urbano pela população.

2.2.3. Busca-se, ainda, promover a valorização urbanística e paisagística da área localizada na Rua Arnaldo Pereira, Bairro Malvão, ao fundo da sede do INSS, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população, fortalecimento da convivência social e desenvolvimento urbano sustentável do Município de Santa Maria da Vitória – BA.

2.3. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

A presente contratação encontra-se alinhada aos instrumentos de planejamento do Município de Santa Maria da Vitória – BA, especialmente ao Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), contemplando ações voltadas à melhoria da infraestrutura urbana, valorização dos espaços públicos e promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), que integra este Projeto Básico como documento complementar.

3.2. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ADOTADA

3.2.1. Durante a fase de planejamento da contratação foram avaliadas alternativas técnicas para atendimento da necessidade pública identificada, incluindo:

- a) manutenção da área sem intervenção pública;
- b) implantação parcial de urbanização;
- c) execução integral da praça pública com infraestrutura urbana, acessibilidade, iluminação pública, paisagismo e equipamentos de lazer.

3.2.2. Após análise técnica e econômica, concluiu-se que a execução integral da praça pública representa a alternativa mais vantajosa à Administração Pública, por proporcionar solução definitiva de urbanização, valorização do espaço público, melhoria das condições de acessibilidade, convivência social, lazer e desenvolvimento urbano sustentável.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO, FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, REGIME DE EXECUÇÃO E NÃO PARCELAMENTO E DA INVERSÃO DE FASES

4.1. O objeto classifica-se como obra comum de engenharia, referente à construção de praça pública com área de lazer, mediante execução de serviços de urbanização, pavimentação, paisagismo, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, iluminação pública, quiosque, quadra, monumento, playground, academia ao ar livre, mobiliário urbano e demais intervenções complementares, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de projetos, memoriais, planilhas, especificações técnicas e normas aplicáveis.

4.2. A contratação deverá ser realizada mediante licitação, na modalidade concorrência, preferencialmente na forma eletrônica, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do edital e dos demais instrumentos que compõem o processo administrativo.

4.3. O critério de julgamento recomendado é o menor preço, aferido pelo valor global da proposta, considerando a adoção de item único e a necessidade de execução integrada da obra.

4.4. O regime de execução será o de empreitada por preço global, tendo em vista que os projetos, memoriais, planilhas, quantitativos, especificações técnicas, composições de custos e cronograma físico-financeiro apresentam nível suficiente de definição para permitir a contratação da execução integral da obra por preço certo e total.

4.5. A adoção da empreitada por preço global proporciona maior previsibilidade contratual, melhor controle da execução, redução de riscos de fragmentação do objeto, compatibilização entre os diversos sistemas e etapas da obra e adequada vinculação entre a proposta vencedora, o cronograma físico-financeiro e os produtos efetivamente entregues.

4.6. O objeto não será parcelado, considerando a interdependência técnica, física, estética, funcional e cronológica entre os serviços de pavimentação, paisagismo, iluminação pública, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, quiosque, quadra, pergolado, monumento, playground, academia ao ar livre, mobiliário urbano e demais serviços complementares.

4.7. O parcelamento poderia ocasionar incompatibilidades técnicas entre etapas executivas, conflitos de responsabilidade, sobreposição de canteiros, dificuldades de fiscalização, aumento de custos administrativos, risco de descontinuidade da obra e comprometimento da funcionalidade final da praça pública.

4.8. A execução integrada por uma única contratada mostra-se tecnicamente mais adequada para garantir padronização, compatibilidade entre os elementos projetados, eficiência administrativa, economicidade e responsabilização objetiva pela entrega integral do objeto.

4.9. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade, subordinação direta ou habitualidade entre os trabalhadores da contratada e o Município.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO, FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR, REGIME DE EXECUÇÃO E NÃO PARCELAMENTO

4.1. O objeto classifica-se como obra comum de engenharia, referente à construção de praça pública com área de lazer, mediante execução de serviços de urbanização, pavimentação, paisagismo, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, iluminação pública, quiosque, quadra, monumento, playground, academia ao ar livre, mobiliário urbano e demais intervenções complementares, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de projetos, memoriais, planilhas, especificações técnicas e normas aplicáveis.

4.2. A contratação deverá ser realizada mediante licitação, na modalidade concorrência, preferencialmente na forma eletrônica, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do edital e dos demais instrumentos que compõem o processo administrativo.

4.3. O critério de julgamento recomendado é o menor preço, aferido pelo valor global da proposta, considerando a adoção de item único e a necessidade de execução integrada da obra.

4.4. O regime de execução será o de empreitada por preço global, tendo em vista que os projetos, memoriais, planilhas, quantitativos, especificações técnicas, composições de custos e cronograma físico-financeiro apresentam nível suficiente de definição para permitir a contratação da execução integral da obra por preço certo e total.

4.5. A adoção da empreitada por preço global proporciona maior previsibilidade contratual, melhor controle da execução, redução de riscos de fragmentação do objeto, compatibilização entre os diversos sistemas e etapas da obra e adequada vinculação entre a proposta vencedora, o cronograma físico-financeiro e os produtos efetivamente entregues.

4.6. O objeto não será parcelado, considerando a interdependência técnica, física, estética, funcional e cronológica entre os serviços de pavimentação, paisagismo, iluminação pública, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, quiosque, quadra, pergolado, monumento, playground, academia ao ar livre, mobiliário urbano e demais serviços complementares.

4.7. O parcelamento poderia ocasionar incompatibilidades técnicas entre etapas executivas, conflitos de responsabilidade, sobreposição de canteiros, dificuldades de fiscalização, aumento de custos administrativos, risco de descontinuidade da obra e comprometimento da funcionalidade final da praça pública.

4.8. A execução integrada por uma única contratada mostra-se tecnicamente mais adequada para garantir padronização, compatibilidade entre os elementos projetados, eficiência administrativa, economicidade e responsabilização objetiva pela entrega integral do objeto.

4.9. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade, subordinação direta ou habitualidade entre os trabalhadores da contratada e o Município.

4.10. DA ADOÇÃO DA INVERSÃO DE FASES

4.10.1. Considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação, a execução integrada dos serviços e a necessidade de verificação prévia da capacidade técnica das licitantes, recomenda-se que o edital preveja a adoção da inversão de fases, com a realização da fase de habilitação antes da apresentação de lances e do julgamento, nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.10.2. A adoção da inversão de fases deverá constar expressamente no edital e estar devidamente motivada no processo administrativo, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar, este Projeto Básico e os demais documentos de planejamento da contratação.

4.10.3. No caso concreto, a inversão de fases justifica-se pela conveniência de verificação prévia da capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnico-operacional e técnico-profissional das licitantes, antes da fase competitiva, considerando que a obra envolve execução integrada de pavimentação em piso intertravado, paisagismo, implantação de mobiliário urbano, instalações elétricas e hidrossanitárias, iluminação pública, construção de quiosque, quadra, monumento, playground, academia ao ar livre e demais serviços complementares.

4.10.4. A medida apresenta duas vantagens principais para o procedimento licitatório:

a) maior segurança na seleção da futura contratada, permitindo à Administração verificar previamente se as licitantes possuem capacidade técnica e operacional compatível com a execução integrada da praça pública;

b) maior eficiência procedimental, pois a etapa competitiva ocorrerá apenas entre licitantes previamente habilitadas, reduzindo o risco de retrabalho, inabilitações posteriores, atrasos na fase externa e seleção de proposta apresentada por empresa sem condições efetivas de execução.

4.10.5. A adoção da inversão de fases não restringe a competitividade, não afasta o julgamento objetivo e não altera o critério de seleção da proposta mais vantajosa, permanecendo aplicável o critério de menor preço, aferido pelo valor global da proposta, observadas as condições estabelecidas no edital, neste Projeto Básico e nos demais anexos da licitação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos de Manutenção (materiais, ferramental e equipamentos):

5.1.1.1. Os requisitos de manutenção e operação dos equipamentos necessários à execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, devendo esta manter em perfeito estado de conservação e funcionamento todos os equipamentos, ferramentas, materiais e instalações utilizados na obra, tais como compactadores, betoneiras, equipamentos de corte, caminhões, máquinas de movimentação de terra, ferramentas de jardinagem, equipamentos de iluminação e demais equipamentos necessários à execução dos serviços, inclusive aqueles eventualmente fornecidos pelo CONTRATANTE, quando for o caso;

5.1.1.2. Nas situações em que houver equipamentos danificados ou materiais fora das especificações técnicas, estes deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de modo a não comprometer o andamento e a qualidade dos serviços;

5.1.1.3. Os uniformes e seus complementos serão fornecidos pela empresa CONTRATADA, adequados às condições climáticas da região e conforme o disposto em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

5.1.1.4. A empresa CONTRATADA deverá fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) a seus funcionários, bem como garantir o fornecimento e a instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), durante toda a execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente;

5.1.1.5. A CONTRATADA deverá adotar medidas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores, observando as normas vigentes de segurança e medicina do trabalho, bem como as orientações dos órgãos competentes aplicáveis à execução de obras de engenharia;

5.1.1.6. Todos os equipamentos utilizados deverão estar em condições adequadas de operação, com manutenção preventiva e corretiva em dia, garantindo segurança, eficiência e qualidade na execução dos serviços;

5.1.1.7. A CONTRATADA deverá manter o local da obra devidamente sinalizado, organizado e limpo durante toda a execução dos serviços, adotando medidas para minimizar riscos aos trabalhadores, pedestres e demais usuários do entorno da área de intervenção.

5.1.1.8. Os materiais empregados na obra deverão atender às especificações técnicas previstas no Projeto Básico e às normas técnicas vigentes, sendo vedada a utilização de materiais de qualidade inferior ou em desacordo com os padrões estabelecidos pela fiscalização.

5.1.2. Requisitos Temporais:

5.1.2.1. O prazo para execução do objeto da pretensa contratação será de 210 (duzentos e dez) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021;

5.1.2.2. Para fins de vigência contratual, deverá ser considerado prazo adicional de até 90 (noventa) dias após a conclusão da obra, destinado aos procedimentos de recebimento, verificação da qualidade dos serviços executados e encerramento administrativo do contrato;

5.1.2.3. A CONTRATANTE realizará a verificação dos serviços executados para fins de recebimento provisório, por meio do Fiscal Técnico do Contrato, após comunicação formal da CONTRATADA acerca da conclusão dos serviços;

5.1.2.4. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços será emitido por comissão designada, após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório e verificação da conformidade da qualidade e quantidade dos serviços executados, bem como dos materiais empregados, com consequente aceitação.

5.1.2.5. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente ao cronograma físico-financeiro constante no Projeto Básico, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente à fiscalização quaisquer fatos que possam comprometer os prazos estabelecidos.

5.1.2.6. A paralisação injustificada dos serviços ou o descumprimento dos prazos estabelecidos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas cláusulas contratuais.

5.1.3. Requisitos de Segurança:

5.1.3.1. Os funcionários da CONTRATADA deverão observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, adequando-se às regras de circulação nas áreas de intervenção e às legislações vigentes, especialmente as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis à construção civil;

5.1.3.2. A CONTRATADA deverá garantir a sinalização adequada da área da obra durante toda a execução dos serviços, incluindo isolamento de áreas, sinalização provisória, controle de acesso e demais medidas necessárias à segurança de pedestres, trabalhadores e usuários do entorno;

5.1.3.3. Deverão ser adotadas medidas de prevenção de acidentes durante a execução dos serviços, especialmente nas atividades de movimentação de terra, operação de máquinas e equipamentos, instalações elétricas, transporte de materiais e execução de serviços em áreas de circulação pública;

5.1.3.4. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações dos órgãos competentes relativas à saúde e segurança no trabalho, incluindo eventuais medidas sanitárias vigentes, quando aplicável;

5.1.3.5. Todos os colaboradores deverão estar devidamente equipados com Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e amparados por Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), conforme exigências legais.

5.1.3.6. A CONTRATADA deverá manter o canteiro de obras organizado e em condições adequadas de segurança, limpeza e salubridade, evitando riscos à integridade física dos trabalhadores e da população.

5.1.3.7. As áreas em execução deverão permanecer devidamente isoladas e sinalizadas, de modo a evitar acidentes com pedestres, veículos e usuários do espaço público.

5.1.3.8. Todos os equipamentos e ferramentas utilizados na execução da obra deverão possuir condições adequadas de funcionamento e segurança, sendo responsabilidade da CONTRATADA realizar inspeções e manutenções preventivas periódicas.

5.1.3.9. A CONTRATADA deverá adotar medidas de proteção ambiental e controle de riscos, evitando acúmulo de resíduos, exposição de materiais perigosos e situações que possam comprometer a segurança da obra e do entorno.

5.1.4. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

5.1.4.1. Durante a execução dos serviços, os colaboradores da CONTRATADA deverão observar, no trato com servidores públicos e com a população em geral, conduta pautada na urbanidade, respeito, cooperação, discrição e zelo pelo patrimônio público.;

5.1.4.2. Considerando os impactos ambientais inerentes às obras de urbanização e implantação de espaços públicos, a CONTRATADA deverá adotar práticas que promovam a sustentabilidade ambiental, incluindo o uso racional de recursos naturais, redução de desperdícios e preservação das áreas adjacentes à intervenção;

5.1.4.3. Os materiais utilizados deverão atender às especificações técnicas vigentes, evitando, sempre que possível, o uso de substâncias nocivas ao meio ambiente, em conformidade com as normas ambientais aplicáveis;

5.1.4.4. A CONTRATADA será responsável pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, incluindo resíduos provenientes de escavações, demolições, podas, sobras de materiais e demais resíduos da construção civil, conforme legislação vigente;

5.1.4.5. Deverão ser adotadas práticas que incentivem o uso de tecnologias e materiais sustentáveis, duráveis e de baixo impacto ambiental, sempre que tecnicamente viável e economicamente compatível com o objeto da contratação;

5.1.4.6. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Resolução CONAMA nº 307/2002, bem como demais normas aplicáveis;

5.1.4.7. A execução dos serviços deverá buscar minimizar transtornos à população local, adotando medidas como controle de poeira, organização do canteiro, isolamento e sinalização adequada das áreas em obra.

5.1.5. Requisitos de Projeto e de Implementação

5.1.5.1. Todos os materiais, equipamentos e serviços necessários à execução da obra deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no Projeto Básico, às normas da ABNT e demais normas técnicas aplicáveis, garantindo qualidade, durabilidade, segurança, funcionalidade e adequado desempenho dos elementos implantados;

5.1.5.2. Os serviços deverão ser executados por empresa que atenda aos seguintes requisitos:

- Estar devidamente habilitada junto aos órgãos de controle e fiscalização profissional, com registro ativo no CREA ou CAU, utilizando mão de obra qualificada e com formação compatível com os serviços executados;
- Adotar metodologia executiva adequada às etapas da obra, contemplando serviços preliminares, movimentação de terra, regularização da área, execução de pavimentação, drenagem superficial, instalação de iluminação pública, paisagismo, implantação de mobiliário urbano e equipamentos de lazer;
- Utilizar equipamentos, ferramentas e estrutura operacional compatíveis com a execução dos serviços, garantindo produtividade, qualidade e segurança durante todas as etapas da obra;
- Dispor de equipe técnica e operacional suficiente para assegurar o cumprimento do cronograma físico-financeiro e das especificações técnicas estabelecidas no Projeto Básico;
- Utilizar materiais de qualidade comprovada, observando as normas técnicas vigentes e os padrões exigidos pela fiscalização da obra;
- Executar os serviços de acessibilidade em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente quanto à circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Garantir a correta instalação e funcionamento dos sistemas de iluminação pública, mobiliário urbano e equipamentos de lazer previstos no projeto;
- Apresentar proposta técnica e financeira compatível com os parâmetros definidos no Edital, Projeto Básico e demais anexos, assegurando a exequibilidade dos serviços e o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Manter controle de qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, permitindo o acompanhamento e fiscalização pela Administração Pública durante toda a execução contratual.

5.1.6. Requisitos de experiência operacional e profissional da empresa

5.1.6.1. A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial, bem como a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico profissional, referindo-se à existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado;

5.1.6.2. A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com

experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem/capacitação e atualização quando for o caso;

5.1.6.3. Os funcionários da contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado;

5.1.6.4. As funções dos prestadores de serviços serão elencadas no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, instituída com base legal na Portaria nº 397, de 10/ 10/ 2002;

5.1.7. Requisitos de formação da equipe e metodologia de trabalho

5.1.7.1. A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante legal, que atuará junto ao seu quadro de pessoal, atuando, inclusive, se o caso, como preposto da empresa;

5.1.7.2. Os funcionários da CONTRATADA atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado;

5.1.8. Requisitos de segurança da informação

5.1.8.1. Todos os funcionários da CONTRATADA envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do Município.

5.1.9. Requisitos de aferição dos resultados

5.1.9.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados por meio da fiscalização técnica competente, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, relacionando as recomendações que se fizerem necessários para correção, se for o caso.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A CONTRATADA deverá implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), promovendo segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução da obra.

6.2. Deverão ser adotadas medidas de controle de poeira, ruídos e resíduos, bem como utilização racional de água, energia e materiais.

6.3. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser utilizados equipamentos de iluminação pública com tecnologia LED e materiais de maior durabilidade e menor impacto ambiental.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 15 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail obras@santamariadavitoria.ba.gov.br que será agendando até 5(cinco) dias antes da abertura das propostas.

7.1.1 - Caso o licitante achar que não é conveniente sua visita técnica ao local da obra, este deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até três dias úteis anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.2. Caso a vistoria seja realizada sem o acompanhamento do representante da Secretaria Municipal de Obras, o visto do servidor será dispensado.

7.3. A não realização da vistoria **não poderá** embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato, cujas etapas observarão o seguinte cronograma:

Tabela 1 - Controle dos prazos de vigência.

AÇÃO	PRAZO VIGÊNCIA CONTRATUAL (dias)
<i>Assinatura do contrato</i>	-
<i>Regularização da obra perante os órgãos competentes e obtenção da licença</i>	10
<i>Mobilização inicial</i>	5
<i>Início da execução do contrato</i>	210
<i>Comunicação de Final da Obra</i>	5
<i>Recebimento Provisório</i>	10
<i>Recebimento Definitivo</i>	15
<i>Conclusão total do objeto e Gestão final para Pagamento</i>	15
TOTAL DO PRAZO	270

8.2. O prazo para assinatura do Contrato por parte do licitante vencedor será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da notificação feita pela Secretaria Municipal competente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3. Assinado o Contrato, a Contratada terá até 15 (quinze) dias corridos para providenciar a regularização da obra junto aos órgãos competentes, quando necessário, bem como realizar a mobilização de equipe, equipamentos e instalações provisórias e dar início aos serviços.

8.4. O prazo de execução total da obra será de 210 (duzentos e dez) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo a execução ocorrer em etapas conforme cronograma físico-financeiro constante no edital e seus anexos.

8.5. Após a execução total do objeto contratado, a Contratada terá até 05 (cinco) dias corridos para comunicar formalmente a conclusão dos serviços à Secretaria Municipal de Obras.

8.6. O recebimento provisório será realizado pela Administração no prazo de até 10 (dez) dias, contados da comunicação oficial do término da obra, sendo posteriormente providenciado o recebimento definitivo no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante verificação da conformidade dos serviços executados.

8.7. O prazo de vigência do Contrato será de até 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, contemplando o período de regularização administrativa, mobilização, execução da obra, recebimento provisório, recebimento definitivo e encerramento administrativo.

8.8. Eventuais prorrogações de prazo deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo, acompanhadas da respectiva atualização da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA, ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) junto ao CAU, quando aplicável, sem ônus adicional para a Contratante.

8.9. Para fins de análise final do contrato, verificação documental, medições e liberação de pagamento, poderá ser considerado prazo administrativo de até 15 (quinze) dias, garantindo maior segurança na gestão e fiscalização contratual.

8.10. VIABILIDADE ECONÔMICA DA CONTRATAÇÃO

8.10.1. A viabilidade econômica da contratação foi demonstrada mediante elaboração de orçamento estimativo baseado prioritariamente nas tabelas referenciais SINAPI e ORSE vigentes, observando critérios de economicidade, razoabilidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado da construção civil.

8.10.2. As composições próprias eventualmente utilizadas encontram-se devidamente justificadas tecnicamente e compatíveis com os parâmetros referenciais adotados pela Administração Pública.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário. Os valores dos

materiais deverão estar inclusos na planilha de custos e na formação de preços apresentada pela Contratada;

9.2. A proposta de preço do licitante deverá prever todos os custos e despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação de serviços descritos neste Projeto Básico, tais como: remuneração do pessoal, encargos trabalhistas, tributos, alimentação, combustível, manutenção de veículos, multas, dentre outras;

9.3. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos;

9.4. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

9.5. Promover a guarda patrimonial, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

9.6. Remover entulho e todos os materiais que sobrarem, promovendo a limpeza do local da obra.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.2. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas: Vistoria técnica as instalações da obra; Registro Fotográfico; Registro no diário de obras; Emissão de comunicações via ofício; e-mail e outros meios; Controle e gestão da planilha de execução e pagamento; e Verificação dos serviços para realização do atesto e liberação do pagamento da nota fiscal.

10.3. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma Físico-financeiro.

10.4. A Contratante remunerará o Contratado pelo quantitativo de materiais efetivamente utilizado na obra. Não por outro motivo, modelo de execução adotado por empreitada por preço unitário, a regra de medição é a aferição dos serviços na exata dimensão em que foram executados no local da obra. Desse modo, a medição quantitativa daquilo que se está executando é condição para o pagamento do contratado.

10.5. Ressalte-se que a medição deverá ser minuciosa, analisando quantitativamente todos os itens empregados na obra à exaustão, pagando-se o valor correspondente na planilha de preços multiplicado pela quantidade executada na obra. Por tal motivo, são poucas as situações em que é necessário repactuar o avençado para manter o seu equilíbrio econômico financeiro. Isso ocorre, apenas e sobretudo, nos casos de alteração do objeto e o pagamento de serviços e materiais não pactuados em edital e que devem ser empregados na obra.

10.6. Caso julgue necessário, todavia, a Contratante poderá formalizar os devidos aditivos, haja vista não haver distinção entre os tipos de empreitada no que se refere ao direito de manutenção do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

10.7. A equipe técnica irá analisar os preços globais e unitários tanto da planilha global como os das planilhas composição de custo unitário para averiguação se os preços são exequíveis ou não, conforme determina a Lei n.º 14.133/2021.

10.8. Neste caso, deverá o fiscal e gestores do contrato realizar a verificação do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro de contrato, através do método do balanço calculado conforme o Acórdão do TCU 1.755/ 2004 e Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013, tendo objetivo de comprovar a não existência de jogo de planilha e/ ou perda do desconto da base da licitação.

10.9. Os controles e fiscalizações estão previstos neste Projeto Básico, ver "item 15".

10.10. As informações sobre pagamento, glosas e reajuste estão previstas neste Projeto Básico, ver "item 18".

10.11. Verificar as definições das sanções e condições para rescisão contratual estão previstas neste Projeto Básico, ver "item 21".

10.12. Por fim, as alterações contratuais estão previstas neste Projeto Básico.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Não ficar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

- 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Jurídica Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 11.10.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - 11.10.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
 - 11.10.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
 - 11.10.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
 - 11.10.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 11.11. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 1) certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

- 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital, Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 5) Certidão Negativa de Falência e Concordata;

12.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.6.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

12.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.8. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação permanente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.*

12.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

12.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

12.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.27. *Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;*

12.28. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado

descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

12.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

12.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.31. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

12.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

12.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrosanitárias, elétricas e de comunicação.

12.33.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis n.ºs 6.496/77 e 12.378/2010);

12.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

12.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

12.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

12.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- 12.38.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 12.38.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme ar go 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 12.38.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 12.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme ar go 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 12.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 12.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 12.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- 12.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 12.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 12.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 12.39.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

12.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

12.40.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

12.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

12.43. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

12.44. No caso de execução de obras:

12.44.1. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em

relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

12.44.1.1. Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

12.44.2. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

12.45. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

12.45.1. *A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;*

12.46. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12.47. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não é permitida a subcontratação parcial ou total do objeto.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

15.13.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

15.13.1.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

15.13.1.2. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

15.13.1.3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

15.13.1.4. aos depósitos do FGTS; e

15.13.1.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

15.13.2. Solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham dos seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

15.13.3. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

15.14. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

15.14.1. *Vistoria técnica às instalações da obra;*

15.14.2. *Registro Fotográfico;*

15.14.3. *Registro no diário de obras;*

15.14.4. *Emissão de comunicações via ofício, e-mail e outros meios;*

15.14.5. *Controle e gestão da planilha de execução e pagamento; e*

15.14.6. *Verificação dos serviços para realização do atesto e liberação do pagamento da nota fiscal.*

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei nº14.133/2021.

15.16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A execução contratual observará as diretrizes constantes do Plano de Gerenciamento de Riscos elaborado pela Administração, contemplando medidas preventivas e mitigadoras relacionadas aos riscos técnicos, operacionais, ambientais, financeiros e contratuais da obra.

A fiscalização contratual deverá acompanhar continuamente os riscos relacionados:

- ao cumprimento do cronograma;
- à qualidade dos serviços executados;
- à segurança da obra;
- ao fornecimento de materiais;
- à conformidade ambiental;
- ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os riscos identificados deverão receber tratamento adequado mediante adoção de medidas preventivas, corretivas e de contingência, conforme Plano de Gerenciamento de Riscos integrante da fase preparatória da contratação.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.1.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.1.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.1.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

- 17.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma físico-financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos

serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

17.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

17.2.1.5. *Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;*

17.2.2. No prazo de até *15 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e

administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.3. No prazo de até *15 (quinze) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

17.4. Nos contratos de escopo O recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

17.4.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

17.4.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

17.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de 15 dias.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura junto com a medição dos serviços medidos será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei nº14.133/2021.

18.4.1. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverá ser suspenso o pagamento até que a regularidade seja sanada junto ao órgão emissor.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura, junto com a medição dos serviços, apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. O prazo de validade;

18.5.2. A data da emissão;

18.5.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. O período de prestação dos serviços;

18.5.5. O valor a pagar;

18.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e

18.5.7. Certidões negativas de regularidade fiscal.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto aos órgãos emissores da certidão negativa da situação fiscal.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

18.16. No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

18.16.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

18.16.2. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

18.17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições dos serviços executados ocorrerão conforme evolução físico-financeira da obra, observando os quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização técnica.

Os pagamentos serão realizados mediante:

- apresentação de boletim de medição;
- relatório fotográfico;
- diário de obra;
- nota fiscal;
- comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

Somente serão pagos os serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

19.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais SINAPI -BA, ORSE-BA, SBC, SEINFRA, IOPES, CPOS/CDHU, EMOP.

19.2. Desde que autorizado pelo órgão Concedente, dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste, após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o Índice Nacional de Custo da Construção Civil - Edificações - Coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas - FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observado o disposto no Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994, alterado pelo Decreto nº 1.110, de 13 de abril de 1994, aplicando-se a seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIAS DA PRÉ-HABILITAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

20.1. A Licitante deverá apresentar como requisito de pré-habilitação na apresentação da proposta como o comprovante de prestação de garantia de proposta (art.58 e seus parágrafos da Lei 14.133/2021), podendo optar pelas modalidades descritas no §1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total do contrato, com validade de 30(trinta) dias.

20.2. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de execução do contrato, podendo optar por caução conforme descrito no §1º do art.96 da Lei 14.133/2023 em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

- 20.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem a Lei 14.133/2021.
- 20.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 20.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 20.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 20.3.3. *Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
- 20.3.4. *Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.*
- 20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.
- 20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for no ficada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. *Será considerada extinta a garantia:*
- 20.10.1. *Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;*
- 20.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado.
- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº14.133/2021, a CONTRATADA que:

- 21.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 21.1.5. Cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de:**

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato; 21.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade,

que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens "21.2.1", "21.2.3" e "21.2.4" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1 - Correspondência do valor conforme grau aplicado

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2 - Tipologias de infrações e respectivos graus

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
6	Permitir a execução de serviços sem utilização de EPI/ EPC, ou a presença de trabalhador fora dos locais em que estão realizados os serviços, por trabalhador;	01
7	Deixar de zelar pelas instalações do INSS ou de terceiros, por ação e por dia;	01
Para os itens a seguir, deixar de:		
8	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
10	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
11	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
12	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
13	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também fica sujeitas às penalidades da Lei 14.133/2021, a Contratada que:

21.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº14.133/2021.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser reme das à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo come do por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação técnica e econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.1. Comprovante de Registro ou inscrição da empresa licitante e do engenheiro ou arquiteto no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade. 22.3. Comprovação da aptidão técnico-operacional da empresa mediante apresentação de **Certidão de Acervo Operacional - CAO**, emitida pelo CREA-Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Certidão de Acervo Técnico-Operacional - CAT-O, emitida pelo CAU, em nome da pessoa jurídica), para execução de **construção ou pavimentação de vias**, incluindo terraplanagem e pavimentação em piso intertravado e sistema de iluminação pública de baixa tensão nos termos do **art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021**, admitido o somatório de obras constantes da CAO/CAT-O, desde que da **mesma natureza tecnológica**, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado. (Art. 67, II, da Lei 14.133/2021).

22.1.1. Deverão ser apresentado(s) atestado(s) de capacidade técnica, vinculados ao Acervo Operacional, emitidos por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial do licitante, que comprove os seguintes quantitativos mínimos:

- I. PAVIMENTAÇÃO: EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL ou COLORIDO DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM OU SIMILAR - 860m³.
- II. PAISAGISMO: PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 OU OUTRO TIPO DE ÁRVORE DE PORTE SEMELHANTE – 10Un.

22.2. Capacidade técnico-profissional, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra/serviço, ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços:

- I. Profissional técnico com atividade técnica em execução de **pavimentação urbana**, especialmente piso intertravado, passeio, calçada, guia, meio-fio ou acessibilidade urbana;
- II. Profissional técnico com atividade técnica de **instalações elétricas externas ou iluminação pública de baixa tensão**, tendo em vista o peso relevante do grupo de instalações elétricas na planilha;
- III. Profissional técnico com atividade técnica de execução de **obra civil de pequeno porte**, como quiosque, edificação de apoio, estrutura de apoio ou equipamento público urbano;
- IV. **urbanização, paisagismo, mobiliário urbano ou implantação de equipamentos de lazer em espaço público.**

22.3. Comprovação de profissional técnico habilitado na área de **Engenharia Elétrica**, devidamente registrado no CREA, integrante do quadro permanente da empresa licitante, detentor de **CAT compatível com execução de instalações elétricas e implantação de sistema de iluminação pública externa em praças, parques, vias urbanas ou áreas públicas urbanizadas.**

22.3.2. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

22.3.4.1. Tais itens comprovados em atestado de capacidade técnica, não poderão ser terceirizados ou subcontratados, deverão ser executados diretamente pela empresa vencedora do certame ou do engenheiro/arquiteto responsável;

22.3.3. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

22.3.4. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos da Lei 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

22.3.5. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

22.3.6. As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.3.6.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.3.7. Com base na Lei nº 14.133/2021, o Município, se reserva o direito de consultar o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), para comprovar o vínculo do (s) responsável (s) técnico(s) detentor(es) dos atestados com o licitante.

22.3.8. Para a comprovação de execução de obra ou serviços similares, limitadas às parcelas discriminadas nos itens "22.3.1" e "22.3.2" acima, poderão ser apresentados um ou mais atestados, desde que comprove (m) trabalho de características semelhantes ao objeto da presente licitação.

22.3.9. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos Serão Inabilitados.

22.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

23.1.1. Valor Global: **R\$ 1.484.667,06 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e seis centavos).**

23.1.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

23.1.3. Considerando que o regime de execução adotado é o de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor que apresente custos unitários superiores aos custos de referência fixados pela Administração, salvo quando o valor global e os valores por etapas do cronograma físico-financeiro se mantiverem compatíveis com os preços de referência constantes dos projetos e planilhas anexas.

23.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos provenientes de convênio com o **Governo do Estado da Bahia**, por intermédio da **Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER**, bem como de recursos próprios do Município, consignados no Orçamento Geral do Município, conforme dotação orçamentária abaixo:

Unidade: 0606 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto: 1.002 INVESTIMENTO EM OBRAS ESTRUTURANTES

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 Obras e Instalações

Fontes: 1500; 1700; 1701; 1706 e 1754.

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 1 - MEMORIAL_CALCULO_PRACA_INSS
- 2 - MEMÓRIA DE CALCULO ELÉTRICO
- 3 - MEMÓRIA DE CALCULO ESTRUTURAL
- 4 - MEMORIAL DESCRITIVO HIDRAULICO
- 5 - MEMORIAL DESCRITIVO SANITÁRIO
- 6 - MEMORIAL DESCRITIVO DA PRAÇA DO INSS
- 7 - MEMORIAL DE CALCULO DO MONUMENTO
- 8 - Planta_de_Localizacao_Praca_Publica_Arnaldo_Pereira_assinado
- 9 - PROJ.-TOPO 01-02
- 10 - PROJ.-TOPO 02-02
- 11 - PRO-URB-PRAÇA INSS-PLANTAS 01-08
- 12 - PRO-URB-PRAÇA INSS-PLANTAS 02-08
- 13 - PRO-URB-PRAÇA INSS-PLANTAS 03-08
- 14 - PRO-URB-PRAÇA INSS-PLANTAS 04-08
- 15 - PRO-URB-PRAÇA INSS-PLANTAS 05-08

- 16 - PRO-URB-PRAÇA INSS-PLANTAS 06-08
- 17 - PRO-URB-PRAÇA INSS-PLANTAS 07-08
- 18 - PRO-URB-PRAÇA INSS-PLANTAS 08-08
- 19 - PROJ_ESTR_PORTICO FONTE
- 20 - PROJETO ESTRUTURAL-1
- 21 - PROJETO ESTRUTURAL-2
- 22 - PROJETO ESTRUTURAL-3
- 23 - PROJETO ESTRUTURAL-4
- 24 - PROJETO ESTRUTURAL-5
- 25 - PROJETO ESTRUTURAL-6
- 26 - HIDROSSANITARIO-1-2
- 27 - HIDROSSANITARIO-2-2
- 28 - PROJ-ELE-PRAÇA 01-02
- 29 - PROJ-ELE-PRAÇA 02-02
- 30 - ART SONDAGEM
- 31 - ART_Planta_de_Localizacaoassinado
- 32 - ART_Todos os projetos
- 33 - CERT. DE INEXIG. DE LICENÇA AMBIENTAL_PMSMV (1)
- 34 - RELATORIO_FOTOGRAFICO_PRAÇA_ARNALDO_PEREIRA_ASSINADO.pdf
- 35 - CONOGRAMA - PRAÇA DO FUNDO DO INSS
- 36 - JUSTIFICATIVA DAS COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS E ADAPTADAS
- 37 - Memória de cálculo Pergolado
- 38 - ORÇAMENTO ANALITICO - PRAÇA DO FUNDO DO INSS
- 39 - ORÇAMENTO SINTETICO - PRAÇA DO FUNDO DO INSS
- 40 - MAPA DE RISCO
- 41 - PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Santa Maria da Vitória - Ba, 15 de maio de 2026.

Erick Ian Nunes de Queiroz Lopes
Eng. CREA 052083233-7
Coordenador de Construções

Raiane Carvalho Socorro
Eng. CREA 3000083125 BA
Coordenadora de engenharia civil